

## Assembleia Legislativa do Estado do Acre Legisla-e

# LEI ORDINÁRIA Nº 2025, DE 20 DE OUTUBRO 2008

Cria o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre.

Data de Criação

Data de Publicação

20/10/2008

21/10/2008

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 9914, de 21/10/2008

Origem

Não informada

**Temática** 

**Autoria** 

Tipo

Agricultura e Agronegócio

Poder Executivo

**Altera** 

Alterada por

Lei Ordinária

Sem Alterações

- Lei Ordinária Nº 2547/2012
- Lei Ordinária Nº 2693/2013

### Texto da Lei

## **LEI N. 2.025, DE 20 DE OUTUBRO DE 2008**

"Cria o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre."

### O GOVERNADOR DO ESTADO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Estado do Acre, o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre, com o objetivo de estabelecer um processo voluntário de certificação socioambiental de unidades produtivas rurais familiares, oportunizando sua inclusão social e econômica, bem como a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território. (Vide Lei nº 2.693, de 17/01/2013, que estabeleceu a aplicabilidade desta lei somente aos proprietários e possuidores rurais que já tivessem aderido ao Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado na data de sua entrada em vigor - Lei nº 2.693)

- **Art. 2º** São também objetivos do Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre:
- I a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e a conseqüente redução de emissões de gases poluentes;
- II o uso sustentável e adequado dos recursos naturais e a conservação da sociobiodiversidade;
- III a conservação das águas e recursos hídricos; e
- IV a geração de renda por meio de produção sustentável.

**Parágrafo único.** O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre é o instrumento norteador do programa, levando em consideração a valorização do ativo ambiental florestal e a consolidação das áreas já desmatadas. Página 2 de 5

- **Art. 3º** Os produtores rurais familiares que aderirem voluntariamente ao Programa de Certificação de Unidades Produtivas do Estado do Acre estarão aptos a receber os seguintes benefícios:
- I bônus: recurso financeiro como pagamento anual por serviços ambientais e incentivo para adoção de práticas produtivas sustentáveis, cujo valor será estabelecido no regulamento do programa;
- II serviços de governo: serviços e programas de governo voltados à produção sustentável;
- **III -** acesso a recursos financeiros: inserção em linhas de financiamento, crédito e fomento oficiais; e
- IV outros benefícios previstos no regulamento do programa.
- **Art. 4º** Poderão ser utilizados recursos do Fundo Estadual de Florestas para pagamento do bônus estabelecido no inciso I do art. 3º desta lei.
- **Parágrafo único.** O recebimento do bônus referido no inciso I do art. 3º desta lei, poderá ser feito mediante cartão magnético bancário, fornecido por instituição financeira oficial, contendo todos os elementos necessários à identificação do beneficiário. (Incluído pela Lei nº 2.547, de 17/02/2012)
- **Art. 5º** O Programa de Certificação das Unidades Produtivas do Estado do Acre é estruturado em quatro fases:
- I termo de adesão ao programa, com duração de doze meses;
- II certificação básica, com duração de vinte e quatro meses;
- III certificação intermediária, com duração de vinte e quatro meses; e
- IV certificação plena, com duração de guarenta e oito meses.
- **Art. 6º** Uma vez ingressada no programa por meio da assinatura do termo de adesão, a unidade produtiva passará por um processo de classificação para identificação do seu nível de sustentabilidade e enquadramento em uma das fases previstas no art. 5º.
- **Art. 7º** Fica criada a Rede Estadual de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal, composta por instituições públicas e privadas credenciadas pela unidade executora do programa.

- **Art. 8º** Fica criada a unidade executora do Programa de Certificação das Unidades Produtivas do Estado do Acre, que será responsável por:
- I fazer o planejamento estratégico da execução do programa;
- II elaborar minuta de criação e de alterações do regulamento do programa;
- **III** assegurar a participação das secretarias e órgãos do Estado na execução do programa;
- IV realizar o monitoramento e avaliação do programa;
- **V -** auxiliar as atividades do Conselho Gestor da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal;
- VI auxiliar o Conselho Florestal Estadual quanto aos registros contábeis e financeiros dos recursos do Fundo Estadual de Florestas e providenciar as auditorias do programa;
- **VII -** credenciar instituições para ingresso na Rede Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural; e
- VIII outras atribuições de caráter executivo do programa.
- **Art. 9º** A composição da unidade executora, bem como sua estrutura física e organizacional, será definida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente SEMA.
- **Art. 10.** A SEMA expedirá ato normativo estabelecendo o regulamento do programa, seus critérios e procedimentos, de maneira a permitir integral cumprimento desta lei.
- **Art. 11.** Esta lei será regulamentada por decreto governamental, no prazo de sessenta dias, contados a partir da sua publicação.
- **Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 20 de outubro de 2008, 120º da República, 106º do Tratado de Petrópolis e 47º do Estado do Acre.

# Governador do Estado do Acre